

Relato de experiência

Responsividade cultural e interseccional: Avaliando equidade de gênero na moda

Cultural responsiveness and intersectionality: Assessing gender equity in fashion

Juliana Kujawski Leite de Moraes^{1*} , Walquiria Tiburcio Limonti² 

¹Move Social, São Paulo, SP, Brasil

²Movimento Lente Preta - Avaliação e Equidade Racial, São Paulo, SP, Brasil

COMO CITAR: Moraes, Juliana Kujawski Leite de, & Limonti, Walquiria Tiburcio. (2026). Responsividade cultural e interseccional: Avaliando equidade de gênero na moda. *Revista Brasileira de Avaliação*, 15(2 spe), e151526. <https://doi.org/10.4322/rbaval.202600182026>

Resumo

Esta avaliação resultou de uma colaboração entre uma organização financiadora, um fundo independente e 21 grupos liderados por mulheres, voltados ao enfrentamento da violência de gênero na indústria da moda brasileira. Diante das precárias condições de trabalho no setor, a iniciativa ofereceu apoio técnico e financeiro, alcançando mulheres LBTQIAPN+, quilombolas, trabalhadoras sexuais, rurais, agrícolas e domésticas em oito estados brasileiros. A avaliação buscou compreender mecanismos que facilitaram ou dificultaram avanços na igualdade de gênero, considerando estruturas históricas e contextuais. Adotou-se uma abordagem culturalmente responsiva e interseccional, reconhecendo o lugar social de grupos marginalizados e garantindo sua participação em todas as etapas — do mapeamento à análise dos resultados. Com base em entrevistas e escutas com cerca de 30 mulheres, a análise revelou contribuições para a justiça social e o fortalecimento das organizações envolvidas, destacando o valor de abordagens avaliativas inclusivas e sensíveis à diversidade na promoção de mudanças sistêmicas.

Palavras-chave: Avaliação participativa. Violência de gênero. Interseccionalidade. Abordagem culturalmente responsiva. Justiça social.

Abstract

This evaluation emerged from a collaboration between a funding organization, an independent fund, and 21 women-led groups focused on addressing gender-based violence within the Brazilian fashion industry. In the context of precarious working conditions in the sector, the initiative provided technical and financial support, reaching LBTQIAPN+ women, quilombola women, sex workers, and rural, agricultural, and domestic workers across eight Brazilian states. The evaluation sought to understand the mechanisms that facilitated or hindered progress toward gender equality, taking into account historical and contextual structures. A culturally responsive and intersectional approach was adopted, recognizing the social positioning of marginalized groups and ensuring their participation at all stages of the process—from mapping to the analysis of results. Based on interviews and listening sessions with approximately 30 women, the analysis revealed contributions to social justice and to the strengthening of the participating organizations, highlighting the value of inclusive and diversity-sensitive evaluation approaches in promoting systemic change.

Keywords: Participatory evaluation. Gender-based violence. Intersectionality. Culturally responsive approach. Social justice.

Introdução

A indústria da moda emprega milhões de pessoas no mundo e tem nas mulheres a maioria de sua força de trabalho. No Brasil e em vários outros países, ela é monitorada a partir do comportamento dos setores têxtil (fição e tecelagem), vestuário (confeção de roupas e acessórios), couro (artigos de viagem e outros artefatos) e calçados. Tais setores são fundamentais para a economia brasileira e, em conjunto, representaram 3,6% do PIB Industrial de 2020¹.

¹ Importante ressaltar que os dados de contexto refletem o momento da avaliação a qual este artigo se refere (CNI, 2020).

Juliana Kujawski Leite de Moraes, branca, mulher cis, sócia e consultora da Move Social.

Walquiria Tiburcio Limonti, parda, mulher cis, consultora na Quitanda de Histórias - Dados e Avaliação e membro-fundadora do Movimento Lente Preta - Avaliação e Equidade Racial.

Recebido: Janeiro 28, 2026

Aceito: Maio 20, 2026

Editora:

Rayane Stephanie Gomes de Freitas

*Autor correspondente:

Juliana Kujawski Leite de Moraes

E-mail: juliana@move.social

Instituição Parceira:

Parceiros do número especial

A RBAVAL apoia práticas editoriais comprometidas com a diversidade, a equidade e a inclusão na produção científica. Nesse sentido, solicita aos/às autores/as autodeclaração de cor/etnia e outros marcadores sociais relevantes para sua trajetória e representatividade. Nosso objetivo é tornar visível a pluralidade de experiências presentes nos artigos publicados. A publicação destes dados não é obrigatória, sendo divulgados de forma agregada anualmente.





No Brasil, dados da Associação da Indústria Têxtil e de Confecção (ABIT, 2021) indicaram que a quantidade de trabalhadoras e trabalhadores formais empregados diretamente apenas nos setores têxtil e de confecção era de 1,5 milhão de pessoas. Todavia, este número pode ter chegado a 8 milhões se considerarmos os empregos indiretos e os momentos de maior poder de compra da população, que é quando existe contratação de mão de obra temporária.

Ademais, confirmaram a média internacional de 75% de mulheres na força de trabalho ocupada nesses dois setores². Embora haja uma carência de dados que retratem essas mulheres, é conhecida a realidade de que muitas delas enfrentavam discriminação e violência em diversos âmbitos, inclusive no trabalho. E seguem enfrentando.

O contexto de vida das mulheres brasileiras é crítico. O país lidera índices de violência contra a mulher e, em 2017, registrou 13 homicídios femininos por dia, dos quais 66% tiveram mulheres negras como vítimas. O número de denúncias de homicídios contra pessoas LGBTQIAPN+ cresceu 127% entre 2016 e 2017 (CERQUEIRA et al., 2019). No setor da moda, a informalidade, associada à dependência econômica das trabalhadoras, ampliou sua vulnerabilidade a diferentes formas de violência — assédio moral, assédio sexual, violência doméstica e intersecções entre elas.

Este artigo tem como base uma experiência avaliativa conduzida em 2020, em meio a pandemia da COVID-19, cujo foco foi avaliar uma iniciativa voltada para combater a violência de gênero na cadeia da moda. Visto que as avaliações estão ancoradas no contexto de atuação das iniciativas, os dados aqui expostos sobre a indústria da moda e a violência de gênero refletem o momento em que o processo foi conduzido.

Foi nesse cenário que surgiu a experiência avaliativa foco deste artigo, a partir de uma iniciativa que reuniu uma organização financiadora, um fundo independente e 21 grupos e coletivos liderados por mulheres. Seu objetivo era oferecer apoio técnico e financeiro a projetos voltados ao enfrentamento da violência de gênero na indústria da moda.

A iniciativa se desenvolveu em oito estados brasileiros - Rio Grande do Norte, Pernambuco, Ceará, Goiás, São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, envolvendo grupos diversos: mulheres LGBTQIAPN+, quilombolas, trabalhadoras sexuais, rurais, agrícolas e domésticas. O desafio era intervir nas condições precárias vividas por costureiras e trabalhadoras informais, reconhecendo que transformar a cadeia produtiva exigia uma ação em dois níveis: a garantia de direitos trabalhistas básicos e o enfrentamento das violências que atravessam o setor, as quais reproduzem desigualdades estruturais de gênero, raça e classe.

Além desta introdução, este artigo detalha a fundamentação teórica adotada pela avaliação, destacando como a abordagem de avaliação culturalmente responsiva (Culturally Responsive Evaluation – CRE) é qualificada pelo diálogo com o conceito de “interseccionalidade”, na medida em que a primeira não invoca o enfrentamento à desigualdade de gênero de forma central, aspecto fundamental para a avaliação do projeto em questão. Em seguida, é detalhada a metodologia adotada, em consonância com a importância da definição compartilhada de parâmetros avaliativos, dentre outros aspectos preconizados pela CRE. Posteriormente são apresentados os resultados da avaliação, destacando os impactos para as mulheres beneficiárias e para o próprio campo da cadeia da moda. O artigo é finalizado com uma reflexão das autoras, destacando a adoção oportuna da abordagem elencada para a avaliação de projetos voltados para o fortalecimento de organizações de base que atuam nos territórios na contenção dos avanços de dinâmicas excludentes e de retrocessos em direitos, especialmente dos diferentes grupos de mulheres.

Fundamentação teórica

A avaliação teve como objetivo identificar os mecanismos que facilitaram ou dificultaram avanços na igualdade de gênero, considerando as estruturas históricas que perpetuam desigualdades e analisando os efeitos da iniciativa em diferentes contextos sociais e territoriais. Dessa forma, compreendeu-se que a avaliação das ações deveria estar alinhada às realidades e contextos específicos dessas mulheres, propondo um processo que seguisse uma abordagem culturalmente responsiva (CRE), tal qual proposta por Stafford Hood em 1998 (Hood et al., 2015).

² Série Dados e Fatos - indústria da moda (Instituto C&A, 2018).



A CRE configura-se como uma abordagem teórico-metodológica que reconhece a centralidade da cultura nos processos avaliativos, rejeitando a premissa de neutralidade cultural e enfatizando que valores, crenças e contextos sociopolíticos moldam a definição e a interpretação dos critérios de julgamento. Nessa perspectiva, a avaliação deve ser concebida e conduzida de modo sensível às especificidades culturais dos grupos envolvidos, neste caso específico, dos distintos grupos de mulheres beneficiárias, considerando tanto o contexto da iniciativa, quanto às necessidades e referências das mulheres atendidas.

Assim, a CRE articula dimensões epistemológicas, políticas e éticas ao integrar múltiplas perspectivas, promover a inclusão de stakeholders e problematizar relações de poder, contribuindo para a produção de evidências culturalmente situadas e, por isso, mais relevantes socialmente (Hood et al., 2015).

A partir disso, a avaliação adotou algumas premissas relevantes em consonância com a CRE desde sua formulação: (i) a definição compartilhada e dialogada dos parâmetros para a avaliação (foco, indicadores, público participante), bem como diálogo para interpretação dos resultados, de forma a ser responsiva às questões, reivindicações e necessidades de todas as pessoas interessadas na avaliação e, neste caso, especialmente os grupos e coletivos de mulheres apoiados, reafirmando o foco de atenção prioritária para grupos historicamente marginalizados³; (ii) a centralidade na cultura, compreendida como um conjunto de valores, crenças, comportamentos e costumes comuns a determinado grupo; e (iii) as experiências de vida de todas as pessoas envolvidas, inclusive da equipe avaliadora.

Neste sentido, apresentaram-se duas demandas para este processo avaliativo: a primeira de diversidade da equipe avaliadora em termos de gênero⁴ e raça (este último marcador social da diferença é central na abordagem) e a segunda de estabelecimento de enquadre teórico que estivesse centrado em postulações que superassem o eurocentrismo encontrado nos processos de pesquisa.

Se por um lado a CRE considera o marcador racial fundamental, por outro, a ausência de uma perspectiva posicionada sobre a relevância dos marcadores de gênero e sexualidade, tornou imprescindível a aproximação com a teoria interseccional, a fim de amparar as análises sobre como as dinâmicas de raça, classe e gênero impactaram limitando ou alargando os resultados observados, considerando que a iniciativa tinha como foco a defesa do direito a partir da prática de grupos e coletivos liderados por sujeitos diversos, organizados em torno de experiências e perspectivas plurais de gênero.

A interseccionalidade, conceito formulado pela jurista norte-americana Kimberlé Crenshaw e aprofundado no Brasil por Carla Akotirene, configura-se como uma “sensibilidade analítica” proposta pelo feminismo negro, que busca compreender a inseparabilidade estrutural entre racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado na produção das desigualdades sociais. Longe de se restringir à soma de identidades ou marcadores sociais, essa abordagem enfatiza a dinâmica relacional e simultânea das estruturas de opressão, evidenciando como diferentes eixos — como raça, gênero e classe — se articulam de modo indissociável na constituição das experiências sociais, especialmente das mulheres negras.

Conforme argumenta Akotirene (2019), a interseccionalidade emerge da crítica às limitações das leis antidiscriminatórias e do feminismo hegemônico, propondo instrumentalidade teórico-metodológica capaz de revelar as “avenidas identitárias” onde tais opressões se cruzam e produzem efeitos específicos de subalternização, podemos compreender tais avenidas como este próprio campo relacional onde operam as múltiplas opressões.

³ Grupos marginalizados devem ser tomados como grupos que são recorrentemente colocados à margem dos processos de tomada de decisão dos centros legitimados como detentores do poder. A leitura aqui é de reconhecimento de que as decisões são mais legítimas e estruturalmente impactantes quando estes grupos são parte deliberativa das decisões. Se neste processo onde há poder, eles estão à margem, em uma outra leitura tais grupos estão à frente da proposição de novas epistemologias, cosmovisões e formas de ser e estar no mundo, que são centrais para os processos de mudança, portanto eles estão no centro de resistência e de proposição de tais processos, mas não são reconhecidos ou legitimados pelas instâncias de poder, o que não impede suas movimentações e construções.

⁴ A equipe de pesquisadoras que liderou esta avaliação foi composta exclusivamente por mulheres, sendo uma delas negra, no entendimento de que esta representatividade exclusiva de gênero e diversa de raça é fundamental para apoiar o desenvolvimento de diálogos transparentes lastrados pelo aporte teórico interseccional, mas também pelo compartilhamento de experiências vivenciadas, comuns aos grupos de mulheres.



Nesse sentido, trata-se de um referencial que amplia a análise das desigualdades ao deslocar perspectivas universalizantes e incorporar a complexidade histórica, política e epistemológica das experiências situadas. Essa lente permitiu compreender as desigualdades de gênero de forma mais complexa e situada, reconhecendo a diversidade e as especificidades das condições de vida e luta das mulheres envolvidas.

Por fim, destaca-se que a abordagem interseccional demandou um olhar aprofundado para o conceito de “lugar de fala”, ofertado pela filósofa Djamila Ribeiro (2017) em seu livro “O que é lugar de fala?” que convoca a compreensão de que todo discurso é situado socialmente.

A CRE em conjunto com a perspectiva interseccional reconheceu, portanto, que as lideranças das organizações apoiadas tinham sua prática técnica e política lastradas a partir de seu próprio lugar no mundo, enquanto mulheres, ativistas e de periferia. Tal fato apresentou para a avaliação a necessidade de construir uma abordagem que fosse capaz de tecer julgamentos amparados nas vivências destas mulheres e dos diferentes grupos que representavam (negras, brancas, trabalhadoras, LBTQIAPN+, entre outros), reconhecendo a posição social única das lideranças apoiadas e incorporando julgamentos enraizados em experiências diversas.

Metodologia

Do ponto de vista metodológico, a avaliação adotou uma abordagem qualitativa estruturada em dois grandes movimentos: uma fase exploratória voltada ao aprofundamento do conhecimento sobre a iniciativa e à definição do desenho avaliativo, e uma fase de levantamento e análise de evidências. Ademais, a abordagem elegida para esta avaliação se fundamentou no reconhecimento de que o objeto avaliado se constituía como e respondia a um sistema complexo o qual requer mudanças sistêmicas para alcançar transformações relevantes. Os conceitos e princípios orientadores desta abordagem consideram que um sistema complexo é formado por diversos entes conectados e que mudanças em parte do sistema o afetam como um todo (Preskill & Gopal, 2014); assim, o sistema é entendido como estando em constante mudança, muitas vezes, envolvendo processos de causa-efeito não lineares. O contexto que envolve o sistema é também visto como sendo parte dele e, por isso, conhecê-lo é fundamental.

Para tanto, a estratégia avaliativa combinou levantamento junto a diversos atores e análise do contexto macro, visando explicitar a complexidade do sistema e identificar mudanças intencionais e não intencionais.

A fase exploratória incluiu análise documental, 2 entrevistas com lideranças da iniciativa e 2 oficinas com mulheres beneficiárias e lideranças de grupos apoiados. Esses insumos subsidiaram a construção da Teoria de Mudança, explicitando a lógica da intervenção e as relações entre estratégias, resultados e impactos, além de possibilitar uma melhor compreensão das expectativas sobre a avaliação. Devido ao isolamento social pela pandemia de Covid-19, todas as atividades foram realizadas virtualmente, produzindo as informações necessárias conforme planejado.

Adotou-se desde o início uma perspectiva participativa, convidando todas as partes interessadas a refletir sobre seus interesses e percepções. Essa escuta priorizou as necessidades do grupo beneficiário e gerou duas contribuições centrais: (i) refinamento das perguntas avaliativas da matriz, ancorando o processo nas experiências e prioridades dos grupos atendidos; e (ii) ampliação conceitual e estratégica do enfrentamento à violência de gênero na cadeia da moda, revelando novas potencialidades a partir dos aportes das mulheres beneficiárias.

A partir da escuta a todas as partes interessadas, a avaliação buscou responder a questões relacionadas a:

- **Relevância:** para organização financiadora, fundo independente e grupos liderados por mulheres, bem como para o enfrentamento à violência de gênero na cadeia da moda;
- **Coerência estratégica e equidade:** buscando compreender em que medida as estratégias ampliaram e fortaleceram as vozes das mulheres, especialmente dos grupos mais vulnerabilizados;
- **Impacto:** considerando as mudanças diretas na vida das mulheres e nas narrativas que moldam a compreensão social sobre o tema. A perspectiva de equidade foi transversal à análise.



A fase de levantamento de evidências, orientada pela matriz de avaliação, compreendeu 30 entrevistas online (6 lideranças técnicas, 21 lideranças de grupos apoiados e 3 especialistas do campo da moda) e formulário online para as lideranças, visando coletar dados complementares para uma análise de redes e aspectos de sustentabilidade. Duas oficinas de aprendizagem online, com ampla adesão, envolveram as lideranças na análise das informações.

Assim, todas as 21 lideranças participaram ativamente do processo, mapeando interesses, analisando dados e construindo mensagens-chave sobre relevância, efetividade e impacto. Essa participação foi essencial para visibilizar violências vividas na cadeia da moda, permitindo que o conhecimento emergisse de quem enfrenta esses problemas. A pandemia também foi incorporada à análise, revelando como os grupos se adaptaram às urgências sem perder relevância.

Resultados

A avaliação evidenciou que a iniciativa consolidou um repertório analítico e prático relevante para o enfrentamento da violência de gênero no campo da moda, contribuindo para a ampliação da compreensão sobre as múltiplas formas de violência - estruturais, simbólicas e institucionais -, que atravessam esse setor. Ao mesmo tempo, fortaleceu estratégias coletivas de resistência, proteção e transformação social, denotando a relevância social do projeto ao demonstrar alinhamento com as necessidades e prioridades das partes interessadas.

Destaca-se que um dos fatores que contribuiu para esses resultados foi a abordagem adotada pelo fundo responsável pela implementação da iniciativa. A estratégia partiu de uma lógica participativa de co-criação, ao reconhecer as próprias organizações de base como sujeitos ativos na definição do escopo do fomento. Assim, os parâmetros de seleção foram construídos coletivamente, a partir dos saberes e experiências dessas organizações, configurando um processo de governança participativa.

Essa escolha metodológica contribuiu para maior aderência da iniciativa ao contexto e às demandas reais dos territórios, além de potencializar sua legitimidade e efetividade. Esse resultado traz pistas ainda sobre a relevância de uma organização que atua como ponte entre a base e as organizações financiadoras, ainda que a estratégia de financiamento adotada, via fundo independente, não tenha sido objeto direto da avaliação.

Considerando os limites temporais da iniciativa, de curta duração (18 meses) e atravessada pela pandemia de COVID-19, a avaliação adotou a noção de progresso em direção ao impacto, reconhecendo que mudanças estruturais e culturais demandam maior tempo de maturação, ou seja, buscou compreender se a iniciativa possibilitou a criação de condições para que os impactos pretendidos fossem alcançados no futuro. Neste sentido, foi possível identificar um resultado central para as beneficiárias: o fortalecimento da capacidade individual e coletiva das mulheres para reconhecer, nomear e enfrentar as violências vividas, articulando processos de mobilização, apoio mútuo e construção de alternativas.

Esse resultado se expressou na constituição e fortalecimento de redes de proteção entre as mulheres, no resgate da autoestima, na ampliação do repertório de direitos e na emergência de práticas coletivas voltadas tanto à prevenção quanto ao enfrentamento das violências de gênero. Ao compartilharem experiências e construírem leituras coletivas sobre suas condições de vida e trabalho, as mulheres ampliaram sua capacidade de ação, seja por meio da denúncia, da organização comunitária ou da criação de novas estratégias de inserção no campo da moda.

A identificação desse constructo de impacto — centrado no fortalecimento das mulheres como sujeitas de direitos e agentes de transformação — foi possibilitada pelo enquadre teórico-metodológico adotado na avaliação. A abordagem interseccional permitiu compreender que as violências vividas não são homogêneas, mas resultam da articulação entre múltiplos eixos de opressão, como gênero, raça, classe, território e sexualidade. Ao incorporar essa lente analítica, a avaliação foi capaz de captar dimensões frequentemente invisibilizadas em abordagens tradicionais, como os efeitos subjetivos, relacionais e políticos das intervenções.



Esse enquadre foi também sustentado pelo referencial teórico de bell hooks, que enfatiza a centralidade da experiência vivida, da dor e da luta como fontes legítimas de produção de conhecimento e transformação social. Nessa perspectiva, a visibilização das opressões não é apenas um passo descritivo, mas um ato político e epistemológico fundamental, que possibilita a construção de estratégias de enfrentamento e de processos de cura coletiva. Como afirma a autora, “[...] criar teoria a partir do lugar da dor” constitui um movimento essencial para mapear novas possibilidades de ação e resistência (hooks, 2018).

Nesse sentido, a visibilização das opressões emerge não apenas como um resultado intermediário, mas como um mecanismo central de transformação. A estrutura social que sustenta as violências de gênero opera, em grande medida, por meio de sua naturalização; assim, torná-las visíveis constitui um passo fundamental para sua contestação. A articulação entre a abordagem interseccional e o referencial de bell hooks permitiu compreender como esse processo de reconhecimento coletivo das violências se converteu em fortalecimento, mobilização e construção de estratégias de enfrentamento.

Adicionalmente, destaca-se que a abordagem interseccional demandou um olhar aprofundado para o conceito de “lugar de fala”, conforme elaborado por Djamila Ribeiro (2017) em sua obra “O que é lugar de fala”, que convoca a compreensão de que todo discurso é socialmente situado. No contexto desta avaliação, a incorporação desse referencial teórico permitiu evidenciar que a partilha de um mesmo lugar de fala entre grande parte das mulheres lideranças dos grupos e coletivos e as mulheres beneficiárias das iniciativas — marcado por experiências comuns de gênero, raça, classe e território — constituiu um elemento central para o fortalecimento de suas identidades individuais e coletivas.

Essa proximidade não apenas favoreceu a construção de vínculos de confiança e reconhecimento, como também potencializou processos de escuta qualificada, identificação das violências e elaboração de estratégias de enfrentamento ancoradas nas experiências vividas. Assim, o reconhecimento do lugar de fala não se limitou a uma dimensão descritiva, mas operou como fundamento analítico que permitiu compreender como a produção de conhecimento situada contribuiu diretamente para os resultados observados na iniciativa, especialmente no que se refere ao fortalecimento das mulheres enquanto sujeitas de direitos e agentes de transformação social.

Sendo assim, os resultados mostraram que investir em coletivos de mulheres periféricas, autônomas e auto-organizadas é apostar em subsistemas capazes de gerar novas tecnologias sociais e padrões de atuação, fortalecendo as engrenagens do sistema para transformá-lo.

Os grupos apoiados passaram a usar a moda como ferramenta de ativismo e resistência, questionando estereótipos, valorizando corpos diversos e criando alternativas de organização baseadas no cuidado, na colaboração e na autoestima, indo assim ao encontro das ambições das iniciativas, que consistiam em impulsionar novas práticas de combate à violência de gênero, valorizando a diversidade de mulheres que atuam no campo da moda

As iniciativas rompem com padrões, com processos violentos, produzindo a moda não industrial e acabamos educando a sociedade a não ver a roupa somente como consumo, mas também como identidade. [...] O trabalho com subjetividades nos une e traz um novo olhar para a moda. Afetividade, cuidado, respeito - trabalhar o ativismo dentro e fora do campo da moda (Liderança de projeto apoiado).

Estamos conseguindo trazer para a sociedade o olhar das trans e travestis. [...] Estamos trazendo voz a essas vidas. Mostrando que não somos só corpos e objetos, marginais e excluídas de tudo. Quando participamos deste edital e percebemos que finalmente somos enxergadas como mulheres nos sentimos muito orgulhosas (Liderança de projeto apoiado).

Isso corrobora com a perspectiva de mudança sistêmica que admite que qualquer sistema tem, dentro de si, a força necessária para mudar por conta própria (Preskill & Gopal, 2014). As iniciativas que atuam a partir deste olhar devem identificar as forças que têm capacidade de tornar o sistema mais saudável e fortalecê-las.



Eu vejo que é um processo político. Todos os coletivos estão produzindo pedagogia. A questão das mulheres negras, das pessoas trans. Legítima a gente no fortalecimento dessa questão estética mesmo. A questão da moda da mesma forma que ela retroalimenta essa questão genocida, nas nossas mãos ela alimenta processos de forma efetiva. A travesti joga no mundo um processo estético que rompe com a estética genocida [...] A moda como modus operandi, a cisgeneridade vê moda como modus operandi, mas ainda traz no seu processo estético a colonização. É uma semente que [nome da iniciativa] vem trazendo para outros coletivos se empoderar e produzir (Liderança de projeto apoiado).

O “lugar de fala” partilhado por grande parte das lideranças das iniciativas e as mulheres beneficiárias, atuou como elemento facilitador do desenvolvimento de metodologias para fomentar os diálogos, evidenciar as opressões e, desta forma, fortalecer as mulheres.

Neste sentido, a iniciativa contribuiu para o fortalecimento de novas narrativas, ainda que circunscrita aos territórios de atuação e, de maneiras distintas, oportunizou caminhos para que um conjunto de mulheres iniciassem novas trajetórias, seja na organização de coletivos, na capacidade de negociação ou mesmo no entendimento de que são capazes e devem ser valorizadas.

Uma proposta importante que atingimos, foi o quanto nós conseguimos formar uma rede [...]. Montamos uma rede que superou aquilo que tínhamos previsto inicialmente. Foi o fortalecimento feminino de uma atuação. Eu só conhecia as mulheres e organizações do meu bairro (Liderança de projeto apoiado).

O edital permitiu que a cidade olhasse a gente de outra forma. Nos enxergam querendo diálogo. A criminalização do estado na periferia é muito grande. A Secretaria de Cultura abriu diálogo através do edital. Teve muito reconhecimento, estamos produzindo cultura e não somente costura. Somos plurais, construímos formações, dialogamos com outros movimentos sociais. Pós edital foi a primeira vez que fui vista como ativista sem ser criminalizada. O edital nos blindou, abriu caminhos (Liderança de projeto apoiado).

Por fim, considerando o contexto de emergência da pandemia de Covid-19, o projeto adotou a flexibilização do uso de recursos como forma de manter sua relevância junto aos grupos e coletivos de mulheres. Observou-se que, dos 21 grupos apoiados, apenas dois declararam não ter direcionado recursos para atender às urgências dos territórios ou das beneficiárias durante o período analisado. A partir da perspectiva interseccional adotada pela avaliação, foi possível identificar que essas organizações são lideradas por mulheres cujos perfis sociais se distanciam dos públicos atendidos, o que parece ter impactado sua capacidade de enraizamento nos territórios, bem como sua identificação com as beneficiárias e com as urgências vivenciadas em um contexto de extrema fragilização e vulnerabilidade. Ressalta-se que esse fator não desqualifica as iniciativas implementadas, mas evidencia diferenças no entendimento sobre as violências vividas e sobre a priorização das respostas a serem adotadas, reforçando a relevância da aderência entre lugar social, prática institucional e leitura contextual na efetividade das ações.

Considerações finais

O investimento em ideias locais, conectadas a diferentes contextos e lideradas por mulheres diretamente afetadas pelos problemas, revelou-se uma estratégia potente para fortalecer a capacidade de reação e transformação na cadeia da moda. A experiência também demonstrou a relevância de organizações lideradas por mulheres representativas dos grupos beneficiários: nesses casos, observou-se maior capacidade de reorganizar recursos e ajustar estratégias, o que ampliou a garantia de direitos em contextos de crise, como durante a pandemia. Esse desempenho contrastou com o de organizações lideradas por mulheres que não pertenciam diretamente aos grupos apoiados, destacando a relevância da adoção da abordagem interseccional.

Outro aprendizado central diz respeito à formação de redes para o enfrentamento das injustiças sociais a partir de uma perspectiva de gênero, promovendo caminhos sustentáveis que fortalecem a atuação de grupos, coletivos e da sociedade civil. Ao priorizar a pluralidade de mulheres e suas agendas identitárias, a iniciativa — assim como a própria avaliação —



reforçou uma perspectiva de mudança sistêmica. Alcançar essa mudança exigiu reconhecer a diversidade e criar condições para que tecnologias e metodologias desenvolvidas pelos diferentes grupos enfrentassem efetivamente as adversidades que estavam vivenciando.

Por fim, a experiência evidenciou a relevância de abordagens culturalmente responsivas e interseccionais para lidar com questões sociais complexas, como a violência de gênero. Ao centralizar as vozes e experiências das comunidades, as avaliações geram aprendizados significativos e impulsionam transformações sociais com maior capilaridade e potencial de mudança.

Uma abordagem avaliativa que considere as trajetórias das pessoas evidencia que, na prática, não existe um marco zero desvinculado dessas experiências; quando presente, ele é diretamente constituído por elas. Assim, aquilo que essas mulheres são e viveram constitui parte essencial do que podem oferecer. A metodologia adotada tornou esse aspecto particularmente visível, ao demonstrar como suas vivências se traduziram em resultados concretos nos projetos que lideravam.

Essa constatação abre novas possibilidades para o tratamento de temas como justiça social e equidade, além de apontar oportunidades mais amplas e contextualizadas para a formulação de caminhos avaliativos alinhados às realidades brasileiras.

Reflexão das autoras sobre o processo de avaliação em interface com questões raciais

A condução deste processo avaliativo, orientada pela avaliação culturalmente responsiva e por uma perspectiva interseccional, constituiu-se como um exercício analítico, político e ético de revisão crítica das práticas avaliativas tradicionais, tensionando pressupostos de neutralidade e universalidade. Em interface com as questões raciais, a experiência evidenciou a avaliação como um campo atravessado por relações de poder, desigualdades estruturais e disputas sobre legitimidade epistemológica. A adoção de metodologias qualitativas e participativas, aliada ao uso de referenciais teóricos de intelectuais negras e negros, possibilitou reconhecer saberes situados e experiências racializadas como fontes legítimas de conhecimento. Ao centrar as vozes das mulheres participantes como produtoras de saber, a avaliação fortaleceu práticas mais plurais, equitativas e comprometidas com a justiça social.

Fonte de financiamento

Não há.

Conflito de interesse

Não há.

Agradecimentos

Não há.

Declaração de usos de IA e/ou tecnologias assistidas por IA

Durante a última revisão deste trabalho, as autoras utilizaram ChatGPT - 5.5 da OpenAI, no dia 6 de maio de 2026, com a finalidade de resumir parte do texto da metodologia para alcançar o número de palavras máximo permitido para o artigo em questão. Após o uso desta ferramenta as autoras revisaram e editaram o conteúdo em conformidade com o método científico e assumem total responsabilidade pelo conteúdo da publicação.

Referências

Akotirene, Carla. (2019). Interseccionalidade. São Paulo: Jandaíra.

Associação da Indústria Têxtil e de Confecção – ABIT. (2021). *Relatório final da pesquisa: Promover os direitos humanos e fortalecer a ação sindical e a igualdade de gênero no setor vestuário do Brasil.*, São Paulo



Cerqueira, Daniel, Bueno, Samira, Lima, Renato Sérgio de, Neme, Cristiano, Ferreira, Helena, Coelho, Daniel, Alves, Pedro Paulo, Pinheiro, Mariana, Astolfi, Rafael, & Marques, Denise. (2019). *Atlas da violência 2019*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Confederação Nacional da Indústria – CNI. (2020). *Perfil da indústria nos estados: Composição setorial*. Recuperado em 30 de outubro de 2020, de https://perfildaindustria.portaldaindustria.com.br/composicao_setorial

Hood, Stafford, Hopson, Rodney, & Kirkhart, Karen. (2015). Culturally responsive evaluation: Theory, practice, and future. In Kathryn E. Newcomer, Harry P. Hatry & Joseph S. Wholey (Eds.), *Handbook of practical program evaluation* (4th ed.). Hoboken: Wiley. <https://doi.org/10.1002/9781119171386.ch12>.

hooks, bell. (2018). *O feminismo é para todos: Políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.

Instituto C&A. (2018). Recuperado em 26 de janeiro de 2026, de <https://institutocea.org.br/>.

Preskill, Hallie, & Gopal, Srikanth. (2014). *Evaluating complexity: Propositions for improving practice*. Boston: FSG.

Ribeiro, Djamila. (2017). *O que é: Lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento; Justificando.